

*Angela de Castro Gomes e
Patricia Santos Hansen (Orgs.)*

Intelectuais mediadores

Práticas culturais e ação política

1^a edição



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2016

Copyright © das organizadoras Angela de Castro Gomes e
Patricia Santos Hansen, 2016

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

I48 Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política / organização Angela Maria de Castro Gomes, Patricia Santos Hansen. – 1^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
488 p.

ISBN 978-85-20-01304-5

1. Historiografia. 2. Mediação. I. Gomes, Angela Maria de Castro. II. Hansen, Patricia Santos.

CDD: 907.2

16-33119

CDU: 82-94



Todos os direitos reservados. É proibido reproduzir, armazenar ou transmitir partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORIA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Um selo da
EDITORIA JOSÉ OLIMPIO LTDA.
Rua Argentina, 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: (21)
2585-2000

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002

Impresso no Brasil
2016

Sumário

APRESENTAÇÃO – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo <i>Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen</i>	7
PARTE I – TRAJETÓRIAS E PROJETOS	
1. A vulgarização científica nas obras de Louis Figuier e suas traduções no Brasil <i>Kaori Kodama</i>	41
2. A Livraria Garnier e a tradução e edição de livros para a infância (1890-1920) <i>Patricia Tavares Raffaini</i>	66
3. Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil <i>Angela de Castro Gomes</i>	92
4. Mestres das primeiras letras como mediadores culturais: escolas rurais e usos da escrita em povoados indígenas do México no século XIX <i>Gabriela Pellegrino Soares</i>	121
5. Orbelino Geraldes Ferreira e a “escola ativa”: tradição pedagógica e prescrição didática no Portugal de meados do século XX <i>Joaquim Pintassilgo</i>	148

PARTE 2 – LUGARES E MÍDIAS

6.	Ramiz Galvão e o projeto de uma biblioteca nacional <i>Ana Paula Sampaio Caldeira</i>	177
7.	Circuitos da mediação intelectual no Brasil e na Argentina: literaturas nacionais e trocas culturais transnacionais <i>Eliana Dutra</i>	216
8.	A <i>Ordem Nova</i> de Marcello Caetano: uma revista do integralismo lusitano na crise da Primeira República Portuguesa (1925-1926) <i>Francisco Palomares Martinho</i>	262
9.	Universidade do Ar: Jonathas Serrano e a formação dos professores de história pátria pelas ondas do rádio <i>Giovane José da Silva</i>	289

PARTE 3 – LEITURAS E RESSONÂNCIAS

10.	De Tibicuera a Floriano Cambará: as mediações de Erico Verissimo (1930 a 1960) <i>Mara Cristina de Matos Rodrigues</i>	331
11.	Editoração, sociabilidades intelectuais e mediação cultural: a ação dos prefaciadores na publicação das obras completas de Rui Barbosa – (1939/1949) <i>Luciano Mendes de Faria Filho</i>	366
12.	A Defesa Nacional de Olavo Bilac, entre o patriotismo cívico republicano dos anos 1910 e o autoritarismo militar dos anos 1960 <i>Patricia Santos Hansen</i>	403
13.	Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação <i>Giselle Martins Venâncio</i>	436
14.	Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações <i>Libânia Nacif Xavier</i>	464
	SOBRE OS AUTORES	487

Apresentação

**Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos:
uma introdução para a delimitação do objeto de
estudo**

Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen

Há algumas décadas observa-se o crescimento do interesse acadêmico por questões relacionadas às propriedades e à eficácia do uso de diferentes mídias e linguagens na comunicação de ideias aos mais variados públicos. Na historiografia, indícios de tal crescimento estão presentes em referências teóricas, metodologias e objetos de pesquisa, como, por exemplo, no narrativismo de Hayden White e Frank Ankersmit, na história do livro e da leitura de Roger Chartier e Robert Darnton, na história dos intelectuais de Jean François Sirinelli e Michel Trebitsch, na chamada história conectada, na história global, entre outras perspectivas e autores. Também surge nos debates sobre a história do tempo presente e naqueles acerca das relações entre história e memória, destacando-se o trânsito da noção de “usos do passado”, para citar somente alguns. O destaque mais recente talvez seja aquele conferido às chamadas história pública e história digital, que vieram impulsionar e tornar mais urgentes as reflexões sobre tais assuntos. No campo da teoria da história, Herman Paul (2014) reconhece duas fortes tendências que dizem respeito a estas questões e que convergem, segundo o autor, para uma agenda de pesquisas em termos de “relações com o passado”. São elas “um interesse na história além dos limites da academia

e um desejo de superar a polarização teórica que caracterizou o campo nas últimas décadas”.¹

Palavras e termos cada vez mais frequentes no vocabulário das humanidades, de uma maneira geral, também demonstram a busca de conceitos e categorias para compreender as práticas e meios comunicativos envolvidos na produção cultural, assim como os respectivos produtos, em particular quando se quer observar sua ocorrência entre sujeitos pertencentes a diferentes matrizes culturais. Tal é o caso do uso de alguns conceitos amplamente disseminados na gramática das ciências humanas e sociais, como: negociação, circularidade, apropriação, transferências culturais, zona de contato, recepção, entrelugar e outros. O mesmo ocorre com a retomada de conceitos mais antigos, que passam a designar operações culturais com novos sentidos, adquiridos ou ampliados por seus usos metafóricos ou metonímicos, como os de leitura, hibridismo, tradução, mestiçagem e sincretismo.

Ainda que algumas dessas denominações acabem por se sobrepor parcialmente em seus significados e usos, e que, por vezes, a existência de semelhanças faça com que a opção por uma ou outra seja tomada apenas por modismo ou “disputa de rótulos”, os termos escolhidos não são neutros nem poderiam ser utilizados como sinônimos em todas as ocasiões. Muitos, como se verá nos capítulos que se seguem, são utilizados para descrever e analisar práticas singulares, as quais, de um modo ou de outro, inscrevem-se como formas específicas de mediação cultural.²

Este livro tem como objetivo explorar o potencial analítico dessa categoria abrangente para a produção historiográfica, por meio de estudos nos quais é possível vislumbrar a variedade das práticas,

¹ No original: “*an interest in history beyond the academy and a desire to overcome the theoretical polarization that has characterized the field in past decades*” (Paul 2014).

² A discussão teórica acerca da “mediação” para o estudo das sociedades (no caso chamadas “de massas”) vem ganhando destaque no debate acadêmico, em particular nas áreas das Ciências da Comunicação e dos Estudos Culturais desde o livro *Dos Meios às Mediações* de Jesus Martín-Barbero (Escosteguy 2001; Dantas 2008; Martin-Barbero 1997).

funções, produtos e modos de operar – sempre sociais e políticos –, que lhe correspondem em diferentes tempos e espaços. Delimitando nosso enfoque, recordamos práticas de mediação cultural, especificamente desenvolvidas por sujeitos históricos identificados como intelectuais. No caso, intelectuais que atuam, exclusiva ou paralelamente, como mediadores culturais. Assumimos, então, de partida, que em função de nossa escolha estes sujeitos serão aqui nomeados como intelectuais mediadores ou, simplesmente, mediadores culturais, sendo seus diversos tipos de ação, estudados nos diferentes capítulos, designados como atividades ou práticas de mediação cultural. Opção, portanto, associada ao recorte teórico-metodológico do livro, que se concentra em estudos de caso de práticas de mediação cultural desenvolvidas por intelectuais. Essa afirmação, aparentemente simples, exige, ao menos, dois esclarecimentos complexos.

O primeiro deles é o de que reconhecemos que as práticas de mediação cultural podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores, cuja presença e importância nas várias sociedades e culturas têm grande relevância, porém, nem sempre reconhecimento. No que diz respeito às relações com o passado, esse é o caso, por exemplo, dos chamados “guardiões da memória” familiar, encarnados em pessoas idosas ou em um membro da família que estabelece como seu objetivo “produzir”, de maneira mais ou menos informal, um arquivo de documentos ou de relatos sobre a história dessa família. Isso pode ocorrer igualmente em grupos sociais de várias naturezas, nos quais indivíduos se dedicam a “colecionar” objetos e a produzir relatos memoriais, escritos ou registrados em outro suporte, com alguma circulação entre o grupo, além de certa permanência no tempo. Outros mediadores culturais podem ser identificados nos leitores, contadores de histórias, guias de instituições, pais e outros agentes educadores encarregados da socialização de crianças e jovens em diversas situações. Tais mediadores, de enorme relevância na construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, geralmente não são identificados e não se identificam pela categoria de intelectual.

O segundo esclarecimento, por conseguinte, remete à questão de se procurar delinear o conceito de intelectual com o qual operamos e, mais especificamente, ainda que de forma ensaística, o que poderia ser chamado de um intelectual mediador.

As dificuldades são imensas, a começar pelo próprio conceito de intelectual, cuja história demonstra seus contornos sempre fluidos. A literatura sobre o assunto costuma datar o nascimento do intelectual contemporâneo na França, devido ao surgimento do neologismo no manifesto proposto por Émile Zola, no decurso do Caso Dreyfus, entre 1898-1899. Então teria se dado a conscientização desses sujeitos pela reivindicação de um “poder simbólico e uma identidade coletiva sancionados pela aparição de um novo termo” (Charle 2012: 142). Nesse sentido, os intelectuais seriam uma categoria socioprofissional marcada, quer pela vocação científica, no dizer weberiano, ou pela especialização que lhes confere “capital cultural” e “poder simbólico”, nos termos de Bourdieu, quer pelo gosto da polêmica, inclusive a política. Na acepção mais ampla que aqui consideramos, são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.

Contudo, a própria categoria, assim como uma abordagem do “meio intelectual” por ela orientada, tem história e compartilhamento recentes, que podem ser datados das décadas finais do século XX. Uma das razões desta emergência tardia foram as desconfianças que pairaram – alimentadas pela Escola dos Annales e pelos estruturalismos de diversos tipos – sobre a história política, em especial a batizada de história do tempo presente. Ambas sob suspeita de vários “pecados”, como o do individualismo, do subjetivismo, do elitismo, do presentismo etc. Somente nas décadas de 1980/90, com as críticas a tais modelos explicativos macrossociais e deterministas, são abertas novas possibilidades de análise mais propícias ao retorno

dos sujeitos históricos à História, inclusive e com destaque, para o que nos interessa: os intelectuais. A partir daí, não se tratou mais de lidar com os intelectuais como coadjuvantes de uma história das ideias, abstrata e isolada, alheia às condições de sua produção social e, como decorrência, das vivências de seus produtores. Também não têm acolhida abordagens centradas nos talentos individuais desses produtores. Estes, quando surgiam, eram concebidos como os “gênios” que explicavam as mudanças, ao invés de terem eles que ser explicados para o melhor entendimento das mudanças culturais e sociais. Do mesmo modo, não eram mais personagens de uma história das mentalidades, eminentemente coletiva e serial, que não deixava espaços para individualidades, até porque elas, teoricamente, eram supérfluas, não sendo bem-vindas.

Assim, uma abordagem da história dos intelectuais, que exige reflexão sobre a própria categoria em sua historicidade e complexidade, está associada ao desenvolvimento do que se tornou conhecido como história cultural e, afiliada a esta, como “nova” história política – ambas, não por acaso, com reconhecimento e compartilhamento internacional também datados do fim do século XX. Assim, vale ressaltar que ocorre, de um lado, um “desencantamento” da figura do intelectual como gênio, fator explicativo de transformações culturais, científicas e artísticas, tratamento que, justificadamente, gerava suspeitas entre historiadores. De outro, aumentam os esforços para a construção de novas categorias ou para uma retomada de categorias com sentidos renovados, que pudessem enriquecer o tratamento dado a esses sujeitos históricos nomeados como intelectuais. Tais categorias, contudo, não podiam ser mais consideradas universalmente válidas e, principalmente, não podiam ser reduzidas, anacronicamente, ao que se pensa sobre os intelectuais, no momento em que a análise é realizada pelo historiador ou cientista social.

Nessa direção, diversas contribuições vieram da sociologia, da antropologia, da literatura, além da história. Basta lembrar o conceito de *habitus* de Erwin Panofsky e o de configuração de Norbert Elias, ambos reinventados por Bourdieu, que a eles agrega o conceito de

campo (político, cultural), muito influente e compartilhado, ainda que polêmico e também sujeito a ajustes pelo próprio autor.³ Assim, questões como a das condições de produção político-social de ideias tornam-se absolutamente relevantes, ao lado da importância das tradições intelectuais, dos paradigmas vigentes em dado contexto cultural, bem como das linguagens e do vocabulário (científico e artístico) disponíveis, além das sensibilidades compartilhadas por indivíduos e grupos de intelectuais. O que se deseja destacar, nesse grande movimento, é a centralidade que as variáveis culturais passam a assumir para a compreensão do mundo ou da “visão de mundo” dos intelectuais, cada vez mais pensados em articulação com seus pares e com a sociedade mais ampla. Ou seja, como sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de em diálogo com as questões políticas e sociais de seu tempo.

Com tais categorias e propostas de análise não há como se postular que as ideias são “estruturas mentais”, que podem ser reificadas, ganhando “vida própria” e tornando-se a-históricas. A figura do intelectual, como sujeito pensante e agente, ganha centralidade e concretude. Os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político. Nessa acepção, o conceito de intelectual é, como todos os conceitos políticos e sociais, fluido e polissêmico (Koselleck 2004). Não obstante, demonstra ser de grande proveito e potencial para a reflexão teórica enquanto categoria de análise, o que fica evidente pelos diversos autores que dele se aproximam a partir de variadas perspectivas.

A despeito das diferenças, pode-se considerar praticamente consensual entre tais autores que a história cultural se interessa pelas operações de apreensão da realidade social, priorizando os sentidos assumidos por essa realidade, em função dos pontos de vista de seus sujeitos históricos, ou seja, das percepções cognitivas e afetivas desses

³ Cf. Chartier (1990), cap. III.

sujeitos. Além disso, ela prioriza as preocupações com as dinâmicas de produção dos bens culturais, sendo, portanto, fundamental atentar para os fenômenos de sua “mediação”. Eles se tornam absolutamente estratégicos, pois, se a história cultural volta-se para processos socio-culturais de produção e alteração de significados pelos diversos sujeitos históricos, é imprescindível compreender as dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais, que, por princípio teórico, sempre envolvem mudanças em seus sentidos ou, dito de outra forma, naqueles presentes nas intenções de seus produtores.

Tal perspectiva é essencial ao projeto deste livro, pois permite, ao mesmo tempo, refletir sobre os fenômenos, as atividades, as práticas de circulação e de apropriação de bens culturais, o que necessariamente põe em questão a comunicação de seus sentidos, rompendo com uma dicotomia muito sólida que separa e hierarquiza dois processos culturais e duas figuras neles envolvidos. O primeiro se refere ao processo de “criação ou produção” de bens culturais, que remete à figura do intelectual classificado como “produtor original ou criador”, geralmente tratado por autor, artista, inventor, cientista etc. Enfim, um sujeito concebido como responsável pela constituição da chamada cultura erudita, alta cultura, ou também identificado de forma coletiva, como integrante de grupos inovadores e movimentos de vanguarda, que produzem alterações percebidas como bruscas e profundas no ambiente artístico ou científico, muitas vezes obtendo reconhecimento *a posteriori*. O segundo envolve os processos de acesso e recepção desses bens culturais, por grupos sociais de tamanhos os mais variados, sobretudo se considerarmos a diversidade de suportes desses bens, que vão da palavra falada e escrita, passam pelos impressos e pelo audiovisual, e chegam aos meios digitais. Esses públicos, mais ou menos heterogêneos e segmentados, seriam alcançados por outro tipo de figura intelectual, comumente nomeada como divulgador ou vulgarizador, e percebida como atuante numa esfera cultural que costuma ser definida em contraposição à primeira: não é erudita, não é original, não é científica, não é alta cultura e, às vezes, “não é séria”.

A questão da mediação cultural obviamente não se reduz a essa dicotomia, como se poderá perceber pelos estudos contidos neste livro. Entretanto, este é um problema que diz respeito a uma parte significativa dos trabalhos que abordam a temática – e importa observar que tal classificação dos fenômenos culturais já vem sendo apontada, questionada e rejeitada de várias maneiras e com fortes argumentos teóricos. Um deles é o que envolve a própria discussão da categoria de público, que tem importantes desdobramentos, já que, frequentemente, remete a um público considerado seletivo, erudito e iniciado, por um lado, ou a um público popular, não iniciado, para não dizer inculto, pouco qualificado, por outro. Contudo, tal categoria foi retomada, e não é mais pensada como indicadora de algo preexistente, um público que “está lá”, em algum lugar físico ou social, à espera da mensagem, do produto cultural, para simplesmente “recebê-lo”. O público passa a ser considerado, ele mesmo, uma criação dos processos de produção e circulação de bens culturais. Ou seja, os públicos, nessa acepção, são produzidos pela interpelação dos processos comunicativos, constituindo-se em um dos resultados da dinâmica dos mercados (níchos) e dos meios, sejam eles mais estreitos (como o público de pares acadêmicos) ou incontáveis (no caso dos usuários da internet).

No que se refere às dinâmicas que presidem ao deslocamento dos suportes dos produtos culturais e de seus significados nas sociedades, entre grupos e indivíduos, uma das mais importantes contribuições foi dada pelo conceito de apropriação cultural, presente no trabalho de Roger Chartier, em amplo diálogo com outros autores. Esse conceito evidencia que, apesar de os significados dos bens culturais não poderem ser reduzidos às intenções de seus autores/criadores, também não é possível ignorar tais intenções, pois elas deixam marcas nos produtos culturais e devem ser levadas em consideração nas análises de história político-cultural, que tenham como foco os intelectuais. Sendo assim, o que o conceito de apropriação traz de mais rico é a ideia de que os sentidos dos bens culturais não estão unicamente inscritos neles mesmos, nem nos projetos/intenções de

seus autores, mas igualmente nas práticas de apropriação que envolvem os processos de recepção/consumo pelos públicos. Os seus usos criam sentidos que emergem no trânsito dos bens culturais entre diferentes grupos sociais, através do tempo e do espaço. Em outras palavras, os significados e valores atribuídos aos bens culturais, no marco do conceito de apropriação, podem ser encontrados no processo de produção – o qual, vale lembrar, também resulta de apropriações da parte de seus produtores –, nas “senhas” por eles inscritas, que devem funcionar como chaves de interpretação, e, finalmente, na sua apropriação pelo receptor “final”, sendo assim, eminentemente, mutantes e múltiplos.

Tal proposta, ao lado de outras, implode qualquer dicotomia rígida entre pares opostos, como alta vs. baixa cultura; cultura erudita vs. cultura popular; cultura séria vs. cultura de entretenimento ou comercial etc. Do mesmo modo, acaba com esquemas analíticos que apostem em ações modernizadoras ou civilizatórias fundadas em concepções instrumentais do saber ou do poder transformador de um bem cultural, a exemplo do poder atribuído aos livros e ao saber ler e escrever, barreiras internacionais, durante muito tempo, para o acesso à cidadania política.

Os estudos de recepção cultural reforçam essa abordagem, ao insistir que não há sujeito ou público passivo, e não importa idade, gênero, grau de instrução, condições socioeconômicas, acesso à informação etc. Todo leitor, ouvinte, espectador, aluno etc. reelabora os significados dos bens culturais de que se apropria, em função de sua experiência de vida, no sentido que esta categoria ganhou com os trabalhos de E. P. Thompson. Toda recepção, como na poesia de Oswald de Andrade, é antropofágica. Convergindo com essas reflexões, pode-se adicionar a noção de “brecha”, proposta por Michel de Certeau, a qual sugere que, no mesmo movimento em que um sujeito histórico parece aderir a certa mensagem político-cultural, ele pode estar subvertendo-a de variadas maneiras. Quer dizer, o receptor, nada passivo, é um sujeito que, simultaneamente, pode aderir e subverter os sentidos de uma mensagem, por estratégias de

seleção e usos, dialogando, na maioria das vezes sem saber, com as intenções dos “criadores”.

Trazida pela consolidação e compartilhamento de abordagens fundadas em categorias como apropriação cultural e recepção ativa por parte de sujeitos, que se constituem em variados públicos, essa dissolução de fronteiras trouxe desdobramentos enriquecedores para o tratamento dos bens culturais. Contudo, arriscamos a dizer que não produziu impactos similares para se pensar a questão dos sujeitos históricos responsáveis pela produção e circulação desses bens culturais. Nesse caso, continua sendo comum a utilização de dicotomias entre autores/criadores/inovadores do saber e divulgadores/difusores/vulgarizadores, que não só separam os processos culturais correlatos como hierarquizam os intelectuais neles envolvidos. É exatamente sobre esse difícil problema que os autores deste livro se propõem a refletir.

É fácil perceber como a figura do intelectual mediador – pois é assim que escolhemos nomeá-lo em geral, para abarcar as demais designações – pode ser entendida como a de um mero transmissor. Quer dizer, como a de alguém que conduz uma mensagem ou produto cultural de um lugar a outro, de um tempo para outro, de um código cultural para outro, sem nada acrescentar ou transformar criativamente. Esse sujeito, no mais das vezes, costuma ser visto como alguém que não agrega valor ao produto cultural em questão. Mais ainda, é percebido como tendo “apenas” o papel de “simplificar” ou “didatizar” algum conteúdo, informação etc. No caso, ações sempre tomadas em sentido negativo, retirando, ao invés de contribuir, com novos e distintos valores e significados culturais. O próprio termo vulgarizador, originário de *vulgus*, parcela do *populus* crescentemente ameaçadora na moderna sociedade de massas, inscreve no vocabulário tal rebaixamento constitutivo da atividade de mediação cultural. É valioso reter esse ponto, pois, é nosso objetivo começar a trabalhar, através de estudos de caso, com esses processos de mediação cultural e com os agentes nele envolvidos – os mediadores –, insistindo em não incorrer na retomada dessas dicotomias, em-

pobrecedoras das dinâmicas culturais e contrastantes com o muito que já se sabe sobre apropriação cultural.

Trata-se de enfrentar um quase paradoxo. Se os estudos de história cultural defendem que todos os sujeitos históricos são produtores de sentidos de forma *lata* (não há receptor/consumidor/leitor/espectador que seja passivo), e havendo, é certo, aqueles identificados como intelectuais criadores de bens culturais, por que os mediadores não estariam incluídos nessa mesma dinâmica de produção de sentido e de valor? Por que seus esforços, buscando colocar os bens culturais em contato com grupos sociais mais amplos, formando públicos, “criando” novos produtos culturais ou novas formas de comunicação e aproximação de produtos culturais conhecidos, são vistos de forma tão desvalorizada e até negativa?

Certamente não é difícil aventar razões para tanto, a começar pelas disputas travadas nos meios intelectuais por reconhecimento, autoridade, posições e públicos. Mas acreditamos que é necessário pesquisar casos específicos e diversos, para se compreender tal contradição. O fato é que, apesar da atividade de mediação cultural ser considerada indispensável e incontornável, em qualquer sociedade – a educação talvez seja sua melhor expressão –, com frequência o intelectual mediador – que a ela dedica tempo, esforços e tem sempre um projeto político-cultural –, sobretudo quando exclusivamente dedicado à mediação, não é nem mesmo reconhecido como intelectual, sendo negligenciado nas análises e considerado de valor secundário, quando não supérfluo.

Os autores que contribuem para este livro investigam esse tema, em recortes espaço-temporais distintos, em grupo ou individualmente, há bastante tempo. As abordagens são provenientes de diferentes áreas, tais como: a história do livro, a história da educação, a história da historiografia, a história das ciências, os estudos biográficos etc. A interlocução entre os colaboradores, e com outros colegas interessados na temática, teve início mais sistemático com um número de participantes de uma mesa no Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação em 2012; a seguir, em um Simpósio Temático,

realizado durante o Simpósio Nacional de História da ANPUH em 2013; continuou numa mesa da SHARP, ocorrida no Rio de Janeiro, no mesmo ano; e, por fim, em outro Simpósio Temático durante o encontro regional da ANPUH-Rio, em 2014. Nesse tempo fomos amadurecendo nossas questões, até que nasceu a ideia e o plano de organização deste livro. O convite das organizadoras foi dirigido a um conjunto de colegas, alguns podendo aceitar, outros não. Em um primeiro momento, solicitamos o envio de propostas dos textos; em seguida, reunimos versões preliminares dos capítulos, que circularam previamente e foram apresentados em um workshop, “Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política”, realizado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em agosto de 2014. Nele, todos os colaboradores tiveram a oportunidade de compartilhar e debater, com os demais, seus textos em primeira versão, o que se constituiu em experiência muito enriquecedora. Por fim, após revisões e acréscimos, apoiados nas sugestões e questões colocadas durante o workshop, os capítulos em versão final foram enviados às organizadoras para a montagem deste volume.

Talvez um dos ganhos deste trabalho conjunto não pareça assim tão surpreendente, considerando aquilo que a bibliografia discutida anteriormente já propôs como reflexão teórica ou como resultado de investigações sobre objetos específicos, realizadas em outros contextos. Entretanto, consideramos relevante que, a partir de um conjunto tão diversificado de casos analisados por diferentes ângulos, como são os que constituem os capítulos a seguir, seja possível demonstrar que o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular.

Ou seja, o intelectual mediador, neste aspecto específico da produção e atribuição de sentidos aos bens e práticas resultantes de sua atividade, não se distingue do intelectual “criador”. Podemos pensar, inclusive, como o mediador cultural, em especial aquele que

se dedica à comunicação com públicos externos às comunidades de *experts*, tem que aprender a ser mediador. Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagens e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo. Ou seja, ele se torna um profissional especializado em atingir um público não especializado. Esse é o caso dos intelectuais tratados nos capítulos “A vulgarização científica nas obras de Louis Figuier e suas traduções no Brasil”, de Kaori Kodama; “A Livraria Garnier e a tradução e edição de livros para a infância (1890-1920)”, de Patricia Tavares Raffaini; “Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens junto ao público luso-brasileiro”, de Angela de Castro Gomes; “Mestres das primeiras letras como mediadores culturais: escolas rurais e usos da escrita em povoados indígenas do México no século XIX”, de Gabriela Pellegrino Soares e, de maneira menos óbvia, “De Tibicuera a Floriano Cambará: as mediações de Erico Verissimo (1930 a 1960)”, de Mara Cristina Rodrigues.

Contudo, esse tipo de prática com a qual mais frequentemente são associados os intelectuais mediadores, não esgota outras formas/atividades de mediação cultural. Praticam-se ações de mediação também em trocas ou “transferências” intelectuais diversas, mais ou menos simétricas, entre círculos acadêmicos de diferentes regiões e países. Nesses casos, nem sempre o intelectual mediador aparece de forma evidente ou como responsável direto por um bem cultural, com crédito público ao seu nome, ainda que um exemplo desse tipo de mediação/interlocução pudesse ser dado pela tradução de textos políticos ou científicos. Mas, como se poderá constatar pelos estudos aqui apresentados, esse intelectual muitas vezes ocupa um cargo estratégico numa instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos. Exemplos desse tipo de intelectual mediador aparecem nos textos, “Ramiz Galvão e o projeto de uma biblioteca nacional”, de Ana Paula Sampaio Caldeira; “Circuitos da

mediação intelectual no Brasil e na Argentina: literaturas nacionais e trocas culturais transnacionais”, de Eliana Dutra; e “A *Ordem Nova* de Marcello Caetano: uma revista do integralismo lusitano na crise da Primeira República Portuguesa (1925-1926)”, de Francisco Palomanes Martinho.

Outro grupo, ainda, compartilha características com os dois anteriormente descritos, por usufruir de posições/lugares estratégicos, talvez com uma relação menos “umbilical” com os projetos mais circunstanciais, em relação aos quais são estudados aqui. Não casualmente, eles se tornam responsáveis por edições, coleções, autoria de prefácios, comemoração de efemérides, entre outros produtos culturais dessa natureza, que podem ser dirigidos a públicos mais intelectualizados ou não. Esses sujeitos estão representados nos capítulos “Editoração, sociabilidades intelectuais e mediação cultural: a ação dos prefaciadores na publicação das obras completas de Rui Barbosa (1939-1949)”, de Luciano Mendes de Faria Filho; e em “A *defesa nacional* de Olavo Bilac, entre o patriotismo cívico republicano dos anos 1910 e o autoritarismo militar dos anos 1960”, de Patricia Hansen. Eles se dedicam às práticas de mediação cultural entre diferentes tempos, entre os intelectuais/autores e suas ideias – nos casos aqui estudados coincidentemente contemporâneos no passado –, e o tempo presente das respectivas práticas de mediação empreendidas.

O último conjunto de capítulos tem como especificidade lidar com intelectuais mediadores que dirigiram suas ações para a formação de profissionais em sua própria área de especialidade, objetivando disseminar práticas e saberes que seriam responsáveis por circunscrever campos disciplinares e conferir uma identidade a seus membros. Esses tipos de mediação são analisados nos textos: “Orbelino Geraldes Ferreira e a *escola ativa*: tradição pedagógica e prescrição didática no Portugal de meados do século XX”, de Joaquim Pintassilgo; “Universidade do Ar: Jonathas Serrano e a formação dos professores de história pátria pelas ondas do rádio”, de Giovane José da Silva; “Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação”, de Giselle Martins Venâncio; e “Interfaces entre a história

da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações”, de Libânia Nacif Xavier.

Obviamente, o destaque dado aos intelectuais mediadores a partir do compartilhamento de características comuns e/ou de seu envolvimento com certos tipos de atividade de mediação cultural não objetiva sugerir a criação de uma classificação, pois, não esgota as práticas intelectuais a que os mesmos indivíduos possam se dedicar e, muito menos, abrange todas as formas de mediação cultural experimentadas por intelectuais. Além disso, os aspectos nos quais se baseia o enquadramento apresentado não permitem estabelecer fronteiras rígidas e simplificadoras. Trata-se apenas do reconhecimento incipiente das possibilidades de aplicação da categoria analítica que aqui privilegiamos para um universo de objetos de investigação muito mais heterogêneo e complexo.

Os conjuntos citados também não coincidem totalmente com a distribuição dos capítulos no livro, que obedece a outro critério. Ele se divide em três partes: “Trajetórias e Projetos”; “Lugares e Mídias”; e “Leituras e Ressonâncias”. A lógica de organização dos capítulos procurou distinguir a maior ênfase conferida pelos autores a estes aspectos no tratamento de seus temas, ainda que, na maioria das vezes, as abordagens atravessem esses limites. Daí reforçarmos o critério da “ênfase” e assumirmos que os textos incluídos numa parte dialogam muito bem com os de outra, conforme o gosto do leitor.

Consideramos, então, que os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Dessa forma, podem ser os que se dedicam a um público de corte determinado como o escolar, o feminino, os sócios ou membros de uma organização ou comunidade étnica, profissional, por exemplo; ou a um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação. Em muitos casos o intelectual mediador necessita de um grande empenho para se especializar em escrever/falar/fazer/gerir/organizar livros e revistas,

instituições culturais, programas de rádio e televisão, cinema, exposições, livros infantis etc.

Essa maneira de entender e trabalhar com os intelectuais mediadores traz implicações. Uma delas é atentar que ele pode perfeitamente acumular diversas funções e posições ao longo de sua trajetória profissional. Isto é, uma pessoa pode ser, ao mesmo tempo, um cientista renomado e a figura principal de uma série de TV sobre o tema de suas pesquisas, que, assim, podem ser divulgadas para um amplo público. Isso aumentaria o conhecimento das pessoas sobre a matéria e estas poriam em prática cuidados com a saúde, a alimentação, o meio ambiente etc. Do mesmo modo, um autor de livros acadêmicos pode se dedicar a escrever livros de divulgação cultural ou livros escolares/didáticos, que não deixam a dever ao rigor de sua ciência, assumindo somente outros suportes e linguagens, por se dirigirem a outros leitores. Quer dizer, diferentes intenções e públicos produzem outros tipos de bem cultural. O que se quer sublinhar com tais exemplos é que um mesmo intelectual pode ser “criador” e “mediador”; pode ser só “criador” ou só “mediador”; ou pode ser “mediador” em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com o qual dialoga. Essas opções não devem ser consideradas posições fixas, do mesmo modo que não há identidades profissionais ou pessoais fixas e imutáveis.

A figura do mediador cultural é, assim, desafiadora, não só por questões teóricas constitutivas de sua atividade intelectual, como igualmente pelas numerosas possibilidades de funções que pode exercer ao mesmo tempo e através do tempo. Isso porque a “profissionalização ou especialização” de um mediador pode estar relacionada a variáveis culturais e econômico-sociais muito visíveis, como as mudanças das tecnologias disponíveis para o exercício da comunicação social mais alargada, para citar um exemplo. Quando os mais importantes vetores culturais da mediação eram os impressos, quando a imprensa era o meio técnico mais avançado, os livros, jornais, revistas, manuais escolares e livros infantojuvenis,

entre outros, concentravam as atenções dos mediadores culturais. A partir das primeiras décadas do século XX, o som e a imagem avançam e revolucionam os processos comunicativos, especialmente através da fotografia, do rádio e do cinema. O texto impresso passa então a dividir espaço e a dialogar com esses novos meios audiovisuais, que são considerados instrumentos decisivos para um maior alcance de público, inclusive, um público que não dominasse o saber ler e escrever. São conhecidas, internacionalmente, as esperanças depositadas nessas mídias, que passam a ser identificadas como tendo imenso poder transformador, como já ocorreu com o livro e os periódicos.

Do mesmo modo, são conhecidas as desconfianças e mesmo o temor que despertam entre setores intelectuais, temerosos que tecnologias que permitam amplo acesso ao produto cultural pudessem descharacterizá-lo, banalizá-lo. Por isso, não foi incomum que, de um lado, intelectuais saudassem a propaganda de livros, o cinema, o rádio, as revistas em quadrinhos etc., enquanto outros alertassem para os perigos da “comercialização” da cultura, que representaria sua perda de “qualidade”. Após a Segunda Guerra Mundial, assiste-se a uma nova grande transformação com o aparecimento da televisão e, décadas depois, das mídias digitais, principalmente com o advento da internet, a “rede das redes”. As alterações nas dinâmicas comunicativas trazidas pela internet são profundas, o que absolutamente não significa o desaparecimento das mídias anteriores. Porém, a mediação cultural é mais uma vez impactada e desafiada a trabalhar com essas novas tecnologias, que alcançam e mobilizam um público incontável e tornam-se linguagem incontornável para crianças e jovens.

Tais mudanças e inovações nos vetores culturais impactam o mundo intelectual como um todo, mas têm efeitos específicos sobre as práticas culturais e os projetos políticos de mediação cultural. Porém, retomando o que já observamos, estudos sobre mediação e mediadores culturais ainda não são tão presentes na reflexão historiográfica. Por isso, consideramos interessante percorrer brevemente, mesmo com os riscos decorrentes de se apresentar um panorama demasiadamente

superficial, algumas das contribuições com as quais dialogamos, e alguns conceitos utilizados nos capítulos deste livro.

Entre tais contribuições avultam aquelas que se desenvolveram no Institut d’Histoire du Temps Présent (IHTP), de Paris, a partir dos anos 1980/90, mais especificamente a chamada história dos intelectuais. Entre esses autores estão: Jean François Sirinelli, Jean Pierre Rioux, Michel Trebitsch, entre outros. Com a proposta de realizar uma história cultural e política, centrada na agência de sujeitos dedicados à produção e difusão de bens simbólicos, o IHTP consagrou uma abordagem histórica que identifica esses atores como pertencentes a um “meio intelectual” que se conforma por “redes e lugares”, onde se constroem práticas relacionais específicas, que dão abrigo às ideias e valores. Ou seja, os intelectuais, como atores político-sociais, são analisados a partir de uma categoria central para tal abordagem que é a de sociabilidade intelectual.⁴ A sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas –, para atuar no interior de uma sociedade mais ampla. Nessas redes e lugares dominam tanto dinâmicas organizacionais, que conferem estrutura ao grupo e posições aos que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição.

Nessa abordagem, os intelectuais estão sempre imersos nas sociabilidades que os situam, inspiram, demarcam e deslocam através do tempo/espaço. Justo por isso, a proposta de se fazer uma história dos intelectuais incorpora outras duas categorias fundamentais. A primeira é a de trajetória intelectual, em que o percurso profissional do intelectual é acompanhado tendo em particular consideração os vínculos que estabelece com matrizes, tradições e genealogias inte-

⁴ Exemplar dessa proposta é *Les Cahiers de L'IHTP*, nº 20, mars 1992, “Sociabilités intellectuelles: lieux, milieux et réseaux”, dirigido por Nicole Racine e Michel Trebitsch, Centre National de La Recherche Scientifique.

lectuais, e atentando sempre para sua dupla face cultural e política. O estudo de trajetórias, individuais ou coletivas, não se faz sem a articulação às redes e lugares, cuja construção e ação devem ser analisadas para a compreensão das intenções e ações desses atores.

Do mesmo modo, não se faz sem referência à geração uma segunda categoria fundamental à história dos intelectuais, que se caracteriza não como um “grupo de idade”, mas principalmente como um grupo de formação, em que vivências comuns de acontecimentos ou de crises (não só políticos) marcam esses intelectuais, independentemente de seu conhecimento interpessoal. Ainda segundo essa abordagem, “períodos de tranquilidade” também podem dar origem a gerações, nesse caso, na maioria das vezes, mobilizadas pela ânsia por mudanças culturais. Vale sublinhar, no entanto, que as gerações, assim como as tradições, não são postuladas como chaves explicativas de grupos intelectuais, mas ao contrário, como fatores que devem ser identificados e analisados para melhor compreensão das sociabilidades de grupos. Ou seja, elas não explicam; elas devem ser explicadas, para que a dinâmica organizacional e os “microclimas” intelectuais dos grupos sejam apreendidos pelo historiador.

Nesse aspecto, é inevitável remeter à aproximação com o conceito de campo, tal como proposto por Bourdieu e, ao mesmo tempo, frisar a distinção que é buscada por autores que seguem esse tipo de abordagem.⁵ Os próprios autores que postulam esse tratamento reconhecem que ele possui uma dimensão “arqueológica”, presente nas tradições e solidariedades de “origem” do indivíduo/grupo; uma dimensão “genealógica”, evidente na centralidade da categoria de geração, tal como é ressignificada, ou seja, minimizando a variável idade; e, por fim, uma dimensão “geográfica”, que aparece no mapeamento dos lugares e redes de sociabilidade. Nessa conformação, no conceito de campo avultam as estratégias e lutas por posições, em deslocamentos que se fazem “dentro” de um campo de batalha. Não se trata, porém, de negar tais disputas, que certamente ocorrem. Mas

⁵ Trebitsch (1992), entre outros.

a tentativa, ao se privilegiar as categorias de meios (*milieux*), redes (*réseaux*) e lugares (*lieux*) intelectuais, é destacar uma perspectiva histórica que acompanhe a formação e transformação dessas formas associativas e, com destaque, os usos que os intelectuais delas fazem, e que podem ser múltiplos e variáveis. Se tal cuidado teve resultados efetivos na utilização que a historiografia internacional fez desses conceitos é algo difícil de avaliar, sobretudo porque o próprio conceito de campo, bem como o de *habitus*, foi reelaborado por Bourdieu, adquirindo maior flexibilidade, digamos, e menos rigidez cartográfica. Tais (re)formulações tornaram possível uma série de apropriações, combinando, por exemplo, o conceito de campo cultural e o de redes de sociabilidade intelectual.

Nessa abordagem, dois aspectos são particularmente valiosos para serem ressaltados no que diz respeito à questão teórica da mediação cultural. O primeiro deles é a contribuição trazida pelo entendimento de como os intelectuais podem ser definidos. Como sujeitos históricos, que se envolvem na produção cultural de bens simbólicos, reconhecidos por comunidades de pares como inovadores, constituindo um “pequeno mundo intelectual”. Logo, um conjunto mais restrito que pode ser considerado uma elite intelectual. Mas também, numa acepção mais ampla e numerosa, estariam os intelectuais mediadores, cuja atenção primordial se volta para práticas culturais de difusão e transmissão, ou seja, práticas que fazem “circular” os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados. Tais intelectuais seriam aqueles voltados para a construção de representações que têm grande impacto numa sociedade, sendo estratégicos para se entender como uma série de novos sentidos são gestados a partir da recepção dos bens culturais; de como tais bens transitam entre grupos sociais variados; de como a esfera da cultura se comunica, efetivamente, com a esfera social.

Essa abordagem, de fato, faz distinções analíticas entre os sujeitos históricos identificados como pertencentes ao “meio intelectual”, mas, a princípio não os hierarquiza, nem estabelece fronteiras rígidas entre eles. O intelectual “criador” e o “mediador” podem muitas vezes

estar encarnados no mesmo indivíduo, embora isso possa, também, muitas vezes não acontecer. O que é possível distinguir, portanto, são as práticas culturais e os projetos políticos com os quais um intelectual (individualmente ou em grupo) atua em determinado contexto, constantemente de forma múltipla. Há risco, porém, nas apropriações dessas denominações que, utilizadas como formas de “rotular” os intelectuais como criadores/autores ou mediadores/divulgadores, não aprofundam uma discussão sobre elas e, facilmente, implicam juízos de valor ou hierarquias, que podem replicar disputas vivenciadas pelos próprios intelectuais, buscando defender posições já estabelecidas e/ou resistindo às ameaças de “rebaixamento”, que visualizam no “mercado”, nas inovações tecnológicas etc.

Essa ressalva é necessária, na medida em que a história dos intelectuais que atuam como mediadores culturais demonstra o menor valor que tanto pares quanto eles próprios, sobretudo no caso daqueles que também produzem bens simbólicos de alcance mais restrito, atribuem aos produtos da atividade de mediação. Porém, o que pretendemos demonstrar é que nem mesmo o intelectual mais especializado em atividades de mediação cultural ou a elas exclusivamente devotado tem, por definição, menor valor político e cultural. Isso porque entendemos que esse valor político e cultural, possuindo historicidade, pode e deve ser compreendido como decorrente de muitas variáveis, incluindo diferentes tipos de poder, que vão desde a autoridade da opinião especializada e institucionalizada, à disseminação de representações atuantes sobre o senso comum.

A segunda contribuição, que pode ser ilustrada por trabalhos como o de Espagne (1999), de Bénat-Tachot e Gruzynski (2001), é devedora dessa concepção de intelectuais, mas se beneficia, em especial, da categoria de geração, para enfatizar a centralidade dos processos de “transmissão ou transferência cultural”. Um primeiro aspecto a merecer destaque é o fato de esta mediação cultural se fazer também no interior desse “pequeno mundo”, isto é, entre os próprios intelectuais (vivos ou mortos). Dito em outras palavras, há práticas de mediação cultural que se exercem para intelectuais “autores”,

por intelectuais “autores/mediadores”, vinculando-os, positiva ou negativamente, a legados ou heranças, que são assim reforçados por adesão ou rejeição, através do debate acadêmico. Um segundo aspecto é que essa “transmissão cultural” envolve, por excelência, intenções e projetos políticos de intelectuais que objetivam o espraiamento das ideias e valores que defendem, pela sociedade mais ampla. Dessa forma, suas propostas podem ser compartilhadas, consolidadas e “enquadradadas” em memórias coletivas, no sentido que os “processos de enquadramento da memória” ganham nas reflexões de Michael Pollak (1989). Esse ponto é valioso por relacionar claramente práticas de mediação cultural e construção de memórias de grupos sociais e comunidades, inclusive nacionais, incidindo fortemente em processos de construção de identidades. Daí o particular interesse de muitos mediadores na elaboração de produtos culturais que atinjam públicos mais jovens – os “cidadãos do futuro” –, por via da instituição escolar ou não, e que reforcem narrativas identitárias, as quais contribuem para a formação de culturas políticas que defendam valores por eles acreditados.

Embora o elenco não seja numeroso, há outros importantes autores cuja produção, datada principalmente da década de 1990, enriquece as reflexões sobre intelectuais e mediação cultural. É o caso de Christophe Charle e de sua proposta de utilização do conceito de homens duplos. Para o autor, o enfrentamento do problema dos mediadores é uma questão de maturidade para a história cultural, não sendo casual o diagnóstico de ser esse um nível de análise muito negligenciado (Charle 1992: 73-85). Contudo, a própria designação – homens duplos – traz uma ambiguidade que lhe é constitutiva, ou seja, não deve encontrar solução. Isso ocorre, pois, para Charle, os homens duplos são aqueles que pertencem, ao mesmo tempo, a dois níveis culturais frequentemente analisados como separados. Por isso, eles são pensados como “pontes”, estabelecendo uma ligação entre tais níveis: servindo como “meio de passagem”. Em outras palavras, “conectando” efetivamente esses níveis, sem lhes tirar as especificidades. Por isso, são também nomeados – não somente por

Charle – como *passeurs*, uma palavra cuja tradução em português não é fácil. Os *passeurs* correspondem, em sentido forte, ao que estamos chamando de mediadores culturais.

Charle é muito rápido nas reflexões teóricas sobre o que são esses homens duplos (1992: 73). Uma das poucas considerações que faz visa distingui-los do que chama de intermediários culturais. Segundo seu argumento os “intermediários” diferem dos “homens duplos”, na medida em que só seriam reconhecidos pelos sujeitos pertencentes a um dos níveis culturais considerados, os quais, mesmo sem explicitação, podem ser identificados como sendo o da cultura “alta/erudita” (etc.), e o da cultura “baixa/popular” (etc.). Enquanto os homens duplos se reconhecem e são reconhecidos como “homens de cultura”, pertencentes a esses dois níveis, os “intermediários” só seriam reconhecidos por um deles, justamente aquele com o qual mantêm contato. Isto é, os “intermediários” são “homens de cultura” no nível da difusão e transmissão cultural, constituindo um estrato diferenciado dos “homens duplos”. Estes sustentam sua identidade de “homens de cultura”, quer no nível “mais alto”, da criação de bens culturais, quer como transmissores culturais, um nível que, segundo a construção da reflexão, está sendo concebido como “mais baixo” e apropriado aos “intermediários”.

Portanto, em nossa leitura, se Charle chama de *passeurs* aos “homens duplos” e aos “intermediários culturais”, estes últimos não têm o mesmo *status* dentro desse conjunto, que fica, assim, hierarquizado. Ou seja, há quem seja mais *passeur* que outros. Há aqueles que sempre são reconhecidos como “homens de cultura”, e há os que só mantêm tal identidade em um nível cultural “menos nobre”, digamos assim. Uma caracterização que as formulações de praticantes da história dos intelectuais quer recusar, afirmando que os mediadores culturais são intelectuais cujas práticas culturais e projetos políticos têm especificidades, mas não menos valor. Perspectiva, aliás, que, vale lembrar, é coerente com os esquemas classificatórios da antropologia cultural, nos quais a diversidade e a diferença não implicam em desigualdade de valor.

Para além desse aspecto, o texto de Charle é ainda muito estimulante para se pensarem as relações entre inovações técnicas, aparecimento de instituições (como a escola) e de vetores culturais (impressos, rádio, TV, meios digitais), de um lado; e as possibilidades de práticas de mediação cultural, criando novas especialidades e profissões, de outro. Esses processos são muito dinâmicos, de tal modo que, quanto mais as sociedades se mediatizam, mais a figura dos mediadores ocupa a cena político-social. Em alguns casos, lembra o autor, os mediadores ganham tal visibilidade que são vistos, eles mesmos, como os “verdadeiros” inovadores culturais. Posição que, de fato, podem ocupar, já que, como se disse, um intelectual pode ser autor e divulgador de um bem cultural. Porém, ele pode não acumular essas funções, o que não o minimiza, apenas o qualifica, mas pode, em muitos casos, o incomodar, o que certamente não é casual.

Um último aspecto contemplado no texto de Charle, para o qual chamamos atenção, é bastante interessante e diz respeito à forma de compreensão do papel político-social do mediador. O autor sugere que suas práticas sejam interpretadas por meio da categoria de representação política, a nosso ver, não abandonando o seu sentido simbólico nem a sua dimensão descritiva. Ou seja, o representante político tem a função, como em todo processo de representar, de tornar presente o ausente. Na política, trata-se de apresentar publicamente uma coisa, uma pessoa ou um grupo (dos associados de uma instituição até o povo de uma nação), tornando-o visível e comprehensível para uma audiência/público. A representação política torna operacional a expressão e ação de sujeitos históricos que, de outra forma, teriam muitas dificuldades para se fazer ver, ouvir, falar. Para Charle, o mediador seria ele mesmo um tipo específico de representante político e, ainda por isso, um “homem duplo”. Nessa posição, ele divulga para o público novas tendências e descobertas da arte e da ciência, por exemplo. Quer dizer, ele representa, por meio de sua ação mediadora, a “alta cultura” para a sociedade mais ampla. Ao mesmo tempo, para os “produtores/criadores/autores”, ele acompanha, registra e indica os gostos e interesses do público;

isto é, ele permite que esses intelectuais conheçam aquilo que é mais ou menos aceitável e apreciável, em determinado momento e lugar, por amplas parcelas da sociedade. Assim, ele estaria representando essa sociedade para meios culturais mais restritos e elitistas (de “alta cultura”), por definição. Nesse sentido, estamos diante de uma abordagem que enfrenta a questão da recepção, privilegiando a análise dos agentes e dos mecanismos que propiciam a existência de relações entre grupos sociais distintos, por meio de novas formas culturais. Uma reflexão que pode ser operacional, sobretudo quando algumas práticas de mediação cultural são colocadas em tela, o que avança em quantidade e qualidade, a partir do século XIX, assumindo feições insuspeitas desde meados do XX.

Em outros termos, também bastante estimulantes, o recurso à categoria de *passeurs* é feito por autores que observam dinâmicas de transferências culturais, embora enfocando “transferências” que ocorrem entre espaços politicamente delimitados. Tal é a proposta de Michel Espagne (1999) e de Serge Gruzinski⁶, já referidos. Nesses casos a problematização éposta em relação aos modos como se operam os “contatos” e “misturas” entre elementos de culturas distintas. Trata-se de identificar os complexos fenômenos que resultam de processos identificados como noção polissêmica e “mestiçagem” – carregada de sentidos negativos.

Embora com um recorte muito diferente, há nestes trabalhos uma interessante convergência com o tipo de questões que este livro enfrenta, em especial a preocupação em como entender os mecanismos e identificar os agentes responsáveis pelas “pontes e passagens”, que se estabelecem entre diferentes códigos culturais. É com essa finalidade que Espagne e Gruzinski se utilizam da categoria de *passeurs*, afirmando que eles podem ser individuais e coletivos, desenvolvendo práticas culturais que abarquem desde o contexto da experiência

⁶ Há vários trabalhos desse autor que poderiam ser citados. Escolhemos o livro: Bénat-Tachot, Louise e Gruzinski, Serge. *Passeurs culturels: mécanismes de métissage*, Presses Universitaires De Marne-La-Vallé, 2001, Avant-Propos e Introduction.

colonial do Novo Mundo americano, até os momentos em que imperam as mídias audiovisuais e digitais da virada do século XX para o XXI. Dessa forma, os *passeurs* ou mediadores culturais, como os estamos chamando, têm existência em espaços e temporalidades muito variadas, atuando por meio de práticas e projetos políticos variados, em temas igualmente variados.

Além dessa referência para pensar a figura do mediador, as abordagens centradas nos processos de transferências culturais contribuem com pelo menos duas outras propostas interpretativas de enorme valia. Uma delas é justamente a que busca romper dicotomias, neste caso, aquelas presentes entre os polos que estão sendo aproximados. Nos exemplos comentados, porque se está tratando de trocas entre nações, estão as línguas, os costumes etc., que só teriam sentido quando remetidos a uma base cultural comum. Ora, para esses autores, as operações de transferência ou mediação cultural, ao fazerem comunicar entre si esses polos, estão “misturando ou mestiçando” seus elementos e sentidos e, de tal maneira, criando novos sentidos integrantes de um terceiro produto/código cultural, que não é mais nenhum daqueles outros dois. O grande poder da transferência, passagem ou mediação cultural é precisamente o de criar algo novo, “intercultural”; quer dizer, algo que se comunica com mais de um espaço ou grupo sociocultural, sendo um “terceiro elemento”.

Devido a esse poder de criação, vários estudiosos consideram que os *passeurs* em suas estratégias interpretativas realizam deslocamentos semânticos, desestabilizando sentidos consolidados e demonstrando que as fronteiras culturais não são um limite fixo, rígido e claro. O mediador, nessa perspectiva, é o criador de algo híbrido, mas não no sentido negativo (desorganizador, impreciso, até impuro). Muito ao contrário, esse produto “misturado”, percebido como aquele capaz de estabelecer uma comunicação com novos públicos, apresentar uma complexidade que não deve ser minimizada ou banalizada. Além disso, o trabalho do mediador, mesmo quando entendido como “simplificação/didatização” de códigos, linguagens e conhecimentos, nada tem de fácil. O simples adquire uma gama de significados

complexos, assentados nas ideias de seleção e escolha cuidadosas; de uma depuração que torna precisos os sentidos mais importantes daquilo que se deseja comunicar, o que demanda competências e vivências específicas e especializadas.

Para aqueles que trabalham, como neste livro, com diversas práticas e projetos de mediação político-cultural, o que implica, necessariamente, em lidar com diversos tipos de mediadores através do tempo, esse é um valioso estímulo para pensar. Os mediadores, sejam indivíduos ou grupos, estão integrados em redes que se constituem em espaços propícios ao surgimento de novas maneiras de pensar e sentir. Assim, se a categoria de vanguarda tem um forte vínculo com a inovação, na lógica da interpretação que aqui defendemos, a categoria de mediação, ao “inventar” um produto híbrido, resultado dos processos de trocas culturais, também produz algo novo, que igualmente traz impactos político-sociais. Porém, enquanto a ação da vanguarda quer produzir uma ruptura com paradigmas (estéticos, científicos etc.), provocando, com frequência, estranhamento, surpresa e até indignação – o que resulta na necessidade de um tempo de aprendizagem por parte do público –, para a compreensão e apreciação do novo produto cultural, os caminhos da “inovação” mediadora são outros. Isso ocorre porque eles resultam dos objetivos políticos que orientam as práticas mediadoras, distantes da experimentação vanguardista, já que orientados pelo estabelecimento de “comunidades de sentidos” entre códigos culturais.

Talvez, para usar um termo do vocabulário weberiano, seja possível pensar no mediador como um agente que produz a “rotinização” de significados de bens culturais. Tal atividade tem como premissa, muitas vezes, fazer com que seus produtos sejam “recebidos/consumidos” em larga escala, utilizando para isso suportes de grande circulação (nos quais se misturam com anúncios publicitários), tudo variando ao longo do tempo/espaço. O sucesso de público desses bens culturais, vistos com suspeita pela “alta cultura”, é parte integrante de seus objetivos e especificidades. Mas é compreensível essa suspeição, aliás, muito compartilhada. Ela é uma pista e um indicador de como

o mundo intelectual “estranha” e, por isso, hierarquiza as práticas de mediação. Desse ponto de vista, elas são classificadas como trabalhos menores, desde sua origem, contaminada pela possível, senão inevitável, sobreposição de interesses mercadológicos. Nessa apreciação classificatória, tais produtos guardam sempre conotações negativas, pois visariam apenas agradar ao gosto de um público, geralmente entendido como “inculto”, pertencente a uma maioria ou “massa”, por premissa próxima do “mau gosto” e da ciência “deturpada, falsificada”. Daí ser comum a associação entre baixa qualidade de um produto cultural e seu grande sucesso comercial, sobretudo se seu público pertencer às camadas menos favorecidas ou escolarizadas, o que é traduzido por expressões como produto de entretenimento, popular, industrial, massificado etc., e não “verdadeiramente” cultural, científico ou artístico.

Um dos desafios deste livro, por meio de seus estudos de caso, é questionar essas percepções que, se nascem no “pequeno mundo intelectual” dos “criadores” de bens simbólicos, desejosos de distinção em face do alargamento da categoria de intelectual com a presença dos mediadores, são ainda muito compartilhadas.

Entre os mediadores, alguns, em especial, dão a ver o tipo de conexão de que se encarregam. Em geral, são aqueles que têm ocupações profissionais muito emblemáticas de formas de mediação cultural que, em alguns casos, podem chegar a assumir sentido metonímico. Os tradutores, por exemplo, que encarnam a “passagem” de um código cultural a outro, através da reinvenção de um bem cultural em outra língua. O tradutor é tão emblemático do trabalho de mediação, que se poderia dizer que o mediador cultural é um “tradutor em sentido lato” de conteúdos, valores, sensibilidades etc. Outros casos muito representativos são os educadores e os críticos (de literatura, música, cinema, televisão, teatro e artes plásticas), que aproximam seus públicos dos bens culturais, fazendo-os conhecê-los de antemão.

Por uma dessas coincidências da vida, no momento em que escrevemos esta introdução, recebemos a notícia do falecimento de Bárbara Heliodora, grande dama do teatro brasileiro pela pena de mais de meio

século de “contundente” crítica teatral (*O Globo*, Segundo Caderno 2015: 1-3). Saudada como um patrimônio das artes cênicas, ela não era atriz, definindo-se como uma amante do teatro que queria levá-lo ao público, quer pela leitura de peças (inclusive pela tradução), quer pela crítica na imprensa de espetáculos a que assistia. Ela mesma se dizia uma espectadora, que gostava de teatro. Sua morte foi considerada a morte de uma geração de homens e mulheres que faziam e viviam do e pelo teatro; como o fim simbólico de um tempo do teatro brasileiro, que vivia em sua imponente figura de mediadora cultural. Respeitada, sua crítica era ansiada e temida, o que evidencia o imenso poder que um mediador cultural pode angariar.

É com atenção a esta complexidade que os intelectuais mediadores e suas práticas são tratados neste livro, sem desvalorizações ou hierarquizações provenientes de preconceitos que possam persistir no senso comum ou no ambiente acadêmico em relação a tais objetos de estudo. Nossa objetivo, ao enfocar as relações entre intelectuais e mediação cultural, é contribuir para o alargamento dos limites que costumam circunscrever as reflexões sobre a categoria intelectual, além de desenvolver e testar as potencialidades das categorias de intelectual mediador e de mediação cultural para a historiografia, ao serem confrontadas com diferentes problemas e fontes de pesquisa. Agradecemos aos autores a riqueza de suas reflexões e aos colegas interlocutores que participaram dos encontros que deram origem a este livro, especialmente a Ana Lúcia Cunha Fernandes, Carina Martins, Marcelo Magalhães e Ana Waleska Mendonça. Acreditamos que os capítulos que se seguem, analisando de forma aprofundada uma diversidade de trajetórias intelectuais e práticas de mediação cultural, permitirão ao leitor uma observação privilegiada. Esperamos, com isso, descortinar horizontes para a continuidade dessa empreitada, cheia de desafios e possíveis contribuições para vários campos de estudos, que desejem entender como cultura e sociedade constroem seus diálogos, através do tempo e espaço.

Lisboa e Rio de Janeiro, maio de 2015.

Bibliografia

- Bénat-Tachot, Louise e Gruzinski, Serge (Orgs.) (2001) *Passeurs culturels. Mécanismes de métissage*. Paris: Marne-la Vallée/Maison des Sciences de l'Homme.
- Charle, Christophe (1992) "Le Temps des hommes doubles." *Revue d'histoire moderne et contemporaine/Société d'histoire moderne* 39 (1): 73-85.
- _____. (2012) "Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898)." Trad. Maria Helena Camara Bastos. *History of Education Journal* 7 (14): 141-156.
- Chartier, Roger (1990) *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand.
- Dantas, J. (2008) "Teoria das mediações culturais: uma proposta de Jesus Martín-Barbero para o estudo de recepção." *Comunicação apresentada a Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. São Luís, junho*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0015-1.pdf>. Acesso em: 10/5/2015.
- Escosteguy, Ana Carolina D. (2001) *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Espagne, Michel (1999) *Les Transferts culturels franco-allemands*. Paris: PUF.
- Garcia Canclini, Nestor (1997) *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloisa Pezza Cintra e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp.
- Koselleck, Reinhart (2004) *Futures Past on the Semantics of Historical Time*. Nova York: Columbia University Press. Disponível em: <http://site.ebrary.com/id/10183369>. Acesso em: 10/5/2015.
- Martin-Barbero, Jesus (1997) *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Paul, Herman (2014) "Relations to the Past: A Research Agenda for Historical Theorists." *Rethinking History* 0 (0): 1-9. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13642529.2014.927615>. Acesso em: 10/5/2015.

APRESENTAÇÃO

- Pollak, Michael (1989) “Memória, esquecimento, silêncio.” *Revista Estudos Históricos* 2 (3): 3-15.
- Pratt, Mary Louise (2008) *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. 2 ed. Londres/Nova York: Routledge.
- Segundo Caderno (2015) “Obituário: Barbara Heliodora, a voz firme da crítica teatral.” *O Globo*. Rio de Janeiro: 1; 3.
- Trebitsch, Michel (1992) “Avant Propos: La Chapelle, le clan et le microcosme.” *Les Cahiers de L'Ihtp* 20.